

DECRETO N° 7.002, DE 1° DE SETEMBRO DE 2025.

Regulamenta a Lei n° 4.684, de 27 de maio de 2025, que institui o Programa de Habitação – TO em Casa e adota outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 4.684, de 27 de maio de 2025,

DECRETA:

- **Art. 1º** Este Decreto regulamenta o Programa Estadual de Habitação TO em Casa, instituído pela Lei nº 4.684, de 27 de maio de 2025.
- **Art. 2º** A execução do TO em Casa observará a finalidade prevista no parágrafo único do art. 1º e os objetivos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 4.684, de 27 de maio de 2025.
- **Art. 3°** Compete à Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, observado o disposto no art. 3° da Lei n° 4.684, de 27 de maio de 2025:
- I exercer a gestão do TO em Casa, em cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei n° 3.421, de 8 de março de 2019;
- II estabelecer, por norma complementar de caráter técnico-operacional, os procedimentos necessários à execução das modalidades de atendimento do TO em Casa;
 - III promover, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas;
- IV prover apoio técnico e operacional à implementação do TO em Casa, em cooperação com órgãos e entidades públicas, concessionárias de serviços públicos, organizações da sociedade civil e instituições financeiras, nos termos da legislação aplicável e dos instrumentos de parceria ou convênios celebrados; e
- V articular, no âmbito do TO em Casa, as ações necessárias à consecução das medidas previstas no art. 5° da Lei n° 4.684, de 27 de maio de 2025, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, mediante convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres, respeitada a legislação federal aplicável.
- **Art. 4º** O TO em Casa poderá ser executado por meio de subprogramas instituídos por ato do Governador do Estado, observado o disposto no art. 5º, inciso V, da



Lei n° 4.684, de 27 de maio de 2025.

- **Art. 5º** Para os efeitos deste Decreto, aplicam-se as definições e conceitos previstos na legislação federal e estadual correlata em matéria de política habitacional de interesse social.
- **Art. 6°** As modalidades de atendimento do TO em Casa, bem como os critérios de priorização de beneficiários, observarão o disposto na Lei n° 4.684, de 27 de maio de 2025 e, quando vinculadas a programas, fontes ou agentes federais, às normas que lhes sejam aplicáveis.
- **Art. 7º** Os projetos de atendimento habitacional no âmbito do TO em Casa observarão os critérios técnicos, urbanísticos, ambientais e de infraestrutura previstos na Lei nº 4.684, de 27 de maio de 2025, e, no que couber, na legislação federal aplicável e nas normas complementares expedidas pela Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional.
- **Art. 8º** As unidades habitacionais produzidas no âmbito do TO em Casa deverão atender aos padrões de infraestrutura, sustentabilidade e acessibilidade previstos na legislação urbanística e ambiental aplicável, bem como nos regulamentos federais e estaduais e nas normas complementares pertinentes às modalidades de atendimento.
 - **Art. 9º** A execução das ações do TO em Casa poderá ser realizada por meio de:
- I convênios ou termos de cooperação com municípios, órgãos estaduais e federais;
 - II contratos com agentes financeiros, nos termos da legislação aplicável;
- III termos de parceria com entidades da sociedade civil, conforme a legislação aplicável;
- IV editais públicos de seleção de entidades ou empresas para execução de empreendimentos; e
 - V procedimentos licitatórios, na forma da legislação vigente.
- **Art. 10.** Na hipótese de integração do TO em Casa a programas habitacionais federais supervenientes, a aplicação deste Decreto observará a legislação federal aplicável.
- **Art. 11.** A execução do TO em Casa observará, no que couber, as disposições da Lei Federal n° 14.620, de 13 de julho de 2023, e demais legislações federais correlatas.



Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, no 1° dia do mês de setembro de 2025; 204° da Independência, 137° da República e 37° do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Ubiratan Carvalho FonsecaSecretário de Estado das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe da Casa Civil